


**O PAPEL DO PEI COMO FERRAMENTA INCLUSIVA PROPOSTA AO PÚBLICO
AUTISTA**

**THE ROLE OF THE IEP AS AN INCLUSIVE TOOL PROPOSED FOR THE AUTISTIC
AUDIENCE**

**EL ROL DEL PEI COMO HERRAMIENTA INCLUSIVA PROPUESTA PARA EL
PÚBLICO AUTISTA**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n6-086>

Data de submissão: 17/05/2026

Data de publicação: 17/06/2026

Jonas Vitor Vieira Cruz Moraes

Graduando em Pedagogia

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: jonas.vitor@discente.ufma.br

Thelma Helena Costa Chahini

Doutorado em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: thelmachahini@hotmail.com

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por desafios na interação social, comunicação e padrões comportamentais, exigindo abordagens pedagógicas personalizadas para a efetiva inclusão escolar. Este artigo visa evidenciar, por meio de uma revisão bibliográfica, as contribuições do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta inclusiva para alunos que compõem o público da Educação Especial Inclusiva, especificamente aqueles no espectro autista. Metodologicamente, a pesquisa classifica-se como bibliográfica de cunho qualitativo, fundamentada na análise de artigos científicos e dissertações publicados entre 2011 e 2024, consultados nas bases de dados SciELO, Capes e Google Acadêmico. O referencial teórico discute a estrutura do PEI, pautado na avaliação pedagógica inicial, metas evolutivas e adequações curriculares, além da necessária colaboração entre escola, família e profissionais da saúde. Os resultados indicam que, embora o PEI seja um direito legal e uma estratégia de equidade que favorece o desenvolvimento acadêmico e a autonomia do estudante, sua implementação prática ainda enfrenta barreiras severas, como a precária formação docente e a falta de apoio administrativo. Conclui-se que o PEI é indispensável para retirar o aluno autista da invisibilidade pedagógica, demandando uma reestruturação das políticas de gestão escolar para que a operacionalização da Educação Inclusiva seja efetivada.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Plano Educacional Individualizado. Educação Especial Inclusiva.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is characterized by challenges in social interaction, communication, and behavioral patterns, requiring personalized pedagogical approaches for effective school inclusion. This article aims to highlight, through a literature review, the contributions of the Individualized Education Plan (IEP) as an inclusive tool for students who are part of the Inclusive

Special Education population, specifically those on the autism spectrum. Methodologically, the research is classified as qualitative bibliographic research, based on the analysis of scientific articles and dissertations published between 2011 and 2024, consulted in the SciELO, Capes, and Google Scholar databases. The theoretical framework discusses the structure of the IEP, based on initial pedagogical assessment, developmental goals, and curricular adaptations, as well as the necessary collaboration between school, family, and health professionals. The results indicate that, although the IEP (Individualized Education Plan) is a legal right and an equity strategy that favors the academic development and autonomy of the student, its practical implementation still faces severe barriers, such as inadequate teacher training and lack of administrative support. It is concluded that the IEP is indispensable for removing autistic students from pedagogical invisibility, demanding a restructuring of school management policies so that the operationalization of Inclusive Education can be effective.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Individualized Education Plan. Inclusive Special Education.

RESUMEN

El trastorno del espectro autista (TEA) se caracteriza por dificultades en la interacción social, la comunicación y los patrones de comportamiento, lo que requiere enfoques pedagógicos personalizados para una inclusión escolar efectiva. Este artículo busca destacar, a través de una revisión bibliográfica, las contribuciones del Plan de Educación Individualizado (PEI) como herramienta inclusiva para estudiantes que forman parte de la población de Educación Especial Inclusiva, específicamente aquellos dentro del espectro autista. Metodológicamente, la investigación se clasifica como cualitativa bibliográfica, basada en el análisis de artículos científicos y tesis publicados entre 2011 y 2024, consultados en las bases de datos SciELO, Capes y Google Scholar. El marco teórico analiza la estructura del PEI, basada en la evaluación pedagógica inicial, los objetivos de desarrollo y las adaptaciones curriculares, así como la necesaria colaboración entre la escuela, la familia y los profesionales de la salud. Los resultados indican que, si bien el Plan Educativo Individualizado (PEI) es un derecho legal y una estrategia de equidad que favorece el desarrollo académico y la autonomía del estudiante, su implementación práctica aún enfrenta importantes obstáculos, como la formación docente insuficiente y la falta de apoyo administrativo. Se concluye que el PEI es indispensable para visibilizar a los estudiantes autistas en el ámbito pedagógico, lo que exige una reestructuración de las políticas de gestión escolar para que la implementación de la Educación Inclusiva sea efectiva.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista. Plan Educativo Individualizado. Educación Especial Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

A temática do autismo tem sido, hoje, muito trabalhada e existe muito conhecimento à disposição para uma compreensão precisa, em contextualizá-la como um transtorno do neurodesenvolvimento. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por alterações que comprometem a interação social, a comunicação e a linguagem. Sinais sutis manifestam-se precocemente nos primeiros anos de vida e, quando avaliados por profissionais capacitados, permitem um diagnóstico tempestivo, essa detecção precoce é o contexto fundamental para o prognóstico, pois viabiliza intervenções comportamentais e apoios educacionais que aproveitam a neuroplasticidade cerebral, gerando resultados significativamente superior a longo prazo.

É imperativo compreender que o autismo não é uma doença, mas uma condição neurológica que altera a percepção sensorial e a forma como o indivíduo processa o mundo, resultando em padrões de comportamento atípicos. O termo "espectro" é utilizado justamente para abarcar a vasta diversidade de manifestações, que variam em níveis de suporte. Atualmente, o TEA é classificado em três níveis: do primeiro ao terceiro, a gradação indica a necessidade de apoio, sendo que, quanto maior o nível de suporte exigido, maior tende a ser a dependência da criança em suas atividades cotidianas.

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige que a escola ultrapasse a barreira do acesso formal e foque na permanência qualificada. O planejamento pedagógico não deve ser genérico, mas sim considerar as especificidades sensoriais e cognitivas de cada indivíduo. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) surge como o instrumento capaz de materializar o direito à educação personalizada.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um recurso pedagógico que auxilia na inclusão de alunos com autismo. [...] O resultado foi que, a depender da qualificação do professor, ele pode ter uma inclinação a se aprofundar mais em ferramentas e metodologias que amparam melhor sua prática pedagógica na inclusão do estudante com autismo (Gomes, 2022, p. 8).

Apesar de sua eficácia, a implementação do PEI nas redes de ensino brasileiras ainda é assistencialista ou fragmentada, muitas vezes, o documento é visto como uma mera formalidade burocrática, ignorando a necessidade de uma construção que envolva todos os atores do processo educativo, visando retirar o aluno da invisibilidade pedagógica.

Independentemente do grau de suporte, além das terapias clínicas indispensáveis, é urgente que os demais ambientes de convívio adaptem-se às necessidades educacionais específicas desse público, com destaque para o contexto escolar. Nesse sentido, surge o Plano Educacional Individualizado, uma ferramenta pedagógica e um direito legal garantido a alunos da Educação Especial Inclusiva, seja na rede pública ou privada, o PEI é um documento obrigatório que traça

estratégias, metas e adequações curriculares personalizadas para alunos com deficiência, TEA ou altas habilidades, visando assegurar uma aprendizagem verdadeiramente inclusiva por meio de uma construção colaborativa entre escola, família e especialistas da educação/saúde.

Entretanto, observa-se uma lacuna preocupante entre a teoria e a prática: a aplicação do PEI ainda é irrisória em muitas instituições, diversas escolas negligenciam o cumprimento desse direito, submetendo alunos atípicos à metodologias genéricas e aplicações cotidianas idênticas as dos alunos neurotípicos, essa postura ignora a necessidade de um ensino mais adequado, acessível e condizente com a realidade do estudante autista. Diante dessa problemática, emerge o questionamento central deste estudo: quais são as razões que impedem os alunos atípicos de serem efetivamente beneficiados pelo Planejamento Educacional Individualizado?

Para responder a essa questão, o presente estudo tem como objetivo geral evidenciar, por meio de uma revisão bibliográfica, as contribuições do Plano Educacional Individualizado como ferramenta inclusiva aos alunos da Educação Especial Inclusiva, estabelecendo um diálogo crítico sobre as bases legais que fundamentam sua elaboração e sua eficácia real como instrumento de transformação no sistema educacional brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento de manifestação precoce geralmente antes dos três anos de idade caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (American Psychiatric Association [APA], 2023; Acre, 2021). A terminologia "espectro" justifica-se pela ampla variabilidade clínica: indivíduos diagnosticados exibem distintos graus de comprometimento, o que exige diagnósticos e intervenções altamente individualizadas (Acre, 2021).

Atualmente, o DSM-5-TR engloba sob a rubrica do TEA condições anteriormente distintas, como o Autismo Infantil Precoce e a Síndrome de Asperger (APA, 2023). No domínio social, os desafios incluem desde a dificuldade em sustentar conversas recíprocas até o uso ineficaz da comunicação não verbal, como o contato visual e expressões faciais (Brasil, 2015). No domínio comportamental, destacam-se estereotípias motoras (como o flapping), a insistência em rotinas rígidas e a hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais (Paraná, 2021).

O autismo apresenta uma vasta heterogeneidade de sintomas e níveis de suporte, o que torna inviável a aplicação de métodos de ensino padronizados. A compreensão de que cada aluno processa

o mundo de forma única fundamenta a necessidade de uma ferramenta que norteie o trabalho docente a partir das habilidades e desafios específicos do educando.

Devido à natureza heterogênea do Transtorno do Espectro Autista (TEA), as respostas às intervenções variam significativamente entre os indivíduos, o que demanda estratégias terapêuticas e pedagógicas diversificadas. Nesse contexto, o Plano de Ensino Individualizado (PEI) surge como uma ferramenta essencial para promover o desenvolvimento em áreas prioritárias, assegurando uma assistência educacional que transcende as exigências burocráticas (Costa; Schmidt; Camargo, 2023, p. 3-4).

É fundamental diferenciar o PEI do Plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Enquanto o objetivo do AEE reside na organização de suportes e acessibilidade, o PEI constitui uma diretriz pedagógica ampla que orienta a atuação do docente no ensino regular, sendo o instrumento que efetivamente viabiliza a equidade no cotidiano escolar.

Essa complexidade impacta profundamente a dinâmica familiar, gerando sobrecarga física e emocional nos cuidadores, frequentemente resultando em isolamento social e prejuízos à saúde mental (Motta et al., 2024; Roberto et al., 2022). Diante disso, a literatura científica é unânime: embora não haja cura, intervenções precoces e personalizadas como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), a fonoaudiologia e a terapia ocupacional são cruciais para maximizar a autonomia e a inclusão da criança (Howard et al., 2005; Mapurunga et al., 2021).

Com isso, Para que a inclusão escolar de alunos com TEA seja efetiva, é necessário contextualizar o papel do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ponte entre as necessidades educacionais específicas do aluno e o currículo geral.

Existe um debate teórico relevante acerca da individualização do ensino. Valle e Borges (2024) argumentam que, ao criar contextos educacionais que respondam à variabilidade natural dos alunos, os planos individuais tornariam-se desnecessários, pois o currículo geral já atenderia a todos. Para os defensores da "inclusão total", a deficiência é vista como uma variação humana natural, e focar em uma educação individualizada poderia ser interpretado como incompatível com essa filosofia. O desafio, nessa visão, seria reformar as infraestruturas escolares e a formação docente para apoiar a coletividade (Valle; Borges, 2024).

Historicamente, a concepção de um ensino pautado na individualização remonta à Antiguidade Clássica. Conforme aponta Manacorda (1989), o modelo educativo na Grécia de Platão apresentava um caráter marcadamente elitista e segregatório, voltado exclusivamente aos descendentes das classes dominantes. Nesse contexto, a formação do indivíduo era mediada por figuras como a nutriz e o tutor, que detinham a função de lapidar condutas e valores éticos em um percurso formativo personalizado. Com o passar dos séculos, essa lógica de diferenciação pedagógica

foi ressignificada pela Educação Especial, tornando-se uma estratégia essencial para assegurar o direito à aprendizagem do Público da Educação Especial (Valadão; Mendes, 2018).

No Brasil contemporâneo, o entendimento da educação enquanto um direito universal e subjetivo está consolidado no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Esse preceito é reforçado pela Resolução n. 2/2001, que oferece o respaldo normativo necessário para a implementação de estratégias pedagógicas flexíveis. Dentro dessa perspectiva de diversificação, o Plano Educacional Individualizado (PEI) consolida-se como um instrumento estratégico, capaz de mapear as especificidades inerentes ao Transtorno do Espectro Autista e mitigar barreiras que possam comprometer o desenvolvimento acadêmico do estudante (Costa; Schmidt, 2019).

Diferente de outros planejamentos, o PEI caracteriza-se pela sua elaboração colaborativa. Conforme destacam Glat e Pletsch (2013) e Tannús-Valadão (2010), ele não deve ser uma execução mecânica, mas um esforço conjunto entre professores regentes, profissionais da educação especial inclusiva, pais e/ou responsáveis e o próprio estudante. A participação da família é um componente vital: quando os pais estão envolvidos, há maior engajamento do professor e uma identificação precoce de barreiras acadêmicas (Costa; Schmidt; Camargo, 2023).

Apesar de sua importância, a efetivação do PEI enfrenta barreiras significativas. Nunes, Azevedo e Schmidt (2013 apud Costa, 2016) apontam a "frágil rede de apoio" nas escolas como um impedimento para a inclusão. A ausência de suporte administrativo e a falta de tempo para planejamento conjunto entre professores dificultam as tomadas de decisões colaborativas (Lago, 2014; Vilaronga; Mendes, 2014).

Além disso, Pereira e Nunes (2023) revelam que a precária formação docente e a escassez de propostas de acessibilidade ainda são obstáculos reais. Entretanto, quando implementado corretamente, os resultados são positivos: estudos de casos demonstram melhorias significativas na qualidade e no tempo de permanência do aluno em atividades acadêmicas, além da redução de problemas de comportamento (Roe, 2008; Pereira; Nunes, 2023).

Com isso, o PEI não deve ser visto como um instrumento de segregação, mas como uma estratégia de equidade. Ao articular o conhecimento técnico da saúde com a prática pedagógica, ele permite que o ambiente escolar se torne verdadeiramente inclusivo, respeitando a singularidade do aluno autista enquanto promove seu desenvolvimento integral.

A efetivação do Plano Educacional Individualizado como ferramenta inclusiva para o público autista pressupõe uma estrutura que transcende a simplificação curricular, focando na eliminação de barreiras atitudinais e na potencialização de habilidades singulares. Esse processo se inicia obrigatoriamente pela Avaliação Pedagógica Inicial, que se diferencia do diagnóstico clínico por

mapear o repertório acadêmico e funcional do estudante no contexto escolar. Segundo Glat e Pletsch (2011), é a partir da compreensão do que o aluno já consolidou que se torna possível estabelecer metas de curto, médio e longo prazo, as quais devem ser realistas e monitoradas sistematicamente para evitar subjetividades no acompanhamento da evolução do educando.

Para dar suporte a essas metas, as Adequações Curriculares e de Acesso surgem como o braço operacional do plano. Elas englobam desde a reorganização de conteúdos e metodologias até ajustes no ambiente físico, visando atender às sensibilidades sensoriais típicas do TEA, como o controle de ruídos e a implementação de suportes visuais que favoreçam a previsibilidade (Brasil, 2015). Nesse sentido, o PEI atua como o fio condutor que integra o trabalho realizado na Sala de Recursos Multifuncionais ao cotidiano da sala de aula comum. Como argumentam Vilaronga e Mendes (2014), essa articulação com o Atendimento Educacional Especializado é fundamental para que o professor regente não atue de forma isolada, garantindo que as estratégias de mediação sejam replicadas de forma coesa em todos os espaços escolares.

Um dos motivos para o sucesso do PEI é a colaboração. A literatura indica que o isolamento do professor é uma das maiores barreiras para a inclusão escolar. Quando a elaboração do plano é coletiva, integrando saberes pedagógicos, terapêuticos e familiares, a qualidade das metas aumenta significativamente.

O trabalho colaborativo, estimulado pela implementação do PEI nesta pesquisa, transcende os resultados da ação docente particularizada, por potencialmente gerar grau significativo de aprendizagem para o grupo, elevar a confiança dos professores, desenvolver habilidades interpessoais e de comunicação da equipe, provocar mudanças atitudinais de cada docente e desencadear potenciais resultados positivos para os alunos com deficiências. (Costa; Schmidt; Camargo, 2023, p. 18).

A participação da família é indispensável, pois os pais detêm informações valiosas sobre as afinidades e desafios dos filhos, essa parceria fortalece o vínculo escola-família e garante que os objetivos sejam coerentes com a realidade do estudante

Além dos conteúdos acadêmicos tradicionais, o PEI deve contemplar o desenvolvimento de Habilidades de Vida Diária e competências sociais. Segundo Costa, Schmidt e Camargo (2023), o foco na autonomia que abrange desde a organização de materiais até a interação com pares é o que define o sucesso da inclusão a longo prazo. Ao incorporar um "Projeto de Vida" no planejamento, a escola prepara o estudante a Transição à Vida Adulta, focando em competências que permitam sua plena participação social e futura inserção profissional.

Essa perspectiva exige, conseqüentemente, uma ruptura com modelos rígidos de avaliação. O PEI deve prever uma avaliação processual e qualitativa, utilizando instrumentos diferenciados que

respeitem as dificuldades de comunicação inerentes ao espectro autista, como provas com suporte visual ou mediadas por tecnologias (Prychodco; Bittencourt, 2022). Complementarmente, a formalização da Tecnologia Assistiva e da Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) no documento é vital para alunos não verbais. O registro de recursos como o sistema PECS garante que essas ferramentas deixem de ser exclusivas do ambiente terapêutico e passem a ser o "canal de voz" do aluno no processo de aprendizagem (Vasconcelos, 2022). Por fim, devido à sua natureza dinâmica, o PEI deve ser submetido a um Cronograma de Reavaliação periódico, assegurando que o planejamento seja constantemente ajustado ao ritmo de desenvolvimento e às novas necessidades que surjam na jornada educativa do estudante. A consolidação do PEI como ferramenta de equidade exige que a escola transcenda a visão puramente clínico-pedagógica e adote o paradigma da Neurodiversidade. Proposto inicialmente por Judy Singer, esse conceito reitera que o funcionamento autista não deve ser interpretado como uma patologia a ser curada, mas como uma variação constituinte da diversidade humana (Ortega, 2009). Sob essa ótica, o planejamento individualizado deixa de ser um esforço de "normalização" do comportamento para tornar-se um mecanismo de justiça curricular. Segundo Sant'Ana (2005), a inclusão plena só ocorre quando a instituição de ensino realiza uma reforma estrutural e atitudinal, garantindo que a adaptação não seja apenas um apêndice do currículo, mas a base de uma prática docente que reconhece a singularidade como ponto de partida.

Para que o PEI seja efetivo, ele deve seguir um fluxo sistemático, começando por um diagnóstico detalhado do patamar atual do aluno e do Relatório Circunstanciado seguido pela definição de metas claras. Não se trata apenas de simplificar conteúdos, mas de adequar a forma de ensinar.

O PEI deve ser elaborado e implementado sempre que as condições do estudante o requererem. [...] É um planejamento de ações específicas para um determinado estudante, considerado em seu 'patamar atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados em curto, médio e longo prazo' (Barbosa; Carvalho, 2019, p. 16-24).

O documento também deve ser flexível e sujeito a reavaliações periódicas. Caso as metas não sejam atingidas, a equipe deve ajustar as estratégias, garantindo que o planejamento permaneça fiel às necessidades educacionais específicas do aluno.

3 METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como um estudo bibliográfico de cunho qualitativo, visto que busca compreender, por meio da análise de materiais teóricos, o papel do Plano Educacional Individualizado

como ferramenta inclusiva. A investigação foi desenvolvida com base em um arcabouço documental já elaborado, composto predominantemente por artigos publicados em periódicos científicos e dissertações.

Para o alcance dos objetivos propostos, o trabalho foi estruturado em etapas sistemáticas. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico nas bases de dados Portal de Periódicos Capes, SciELO e Google Acadêmico, utilizando como descritor principal o termo "Plano Educacional Individualizado (PEI)". Quanto ao recorte temporal, foram consideradas publicações referenciais de 2011 e 2012, além de uma concentração de produções mais recentes, abrangendo o período de 2017 a 2024, a fim de garantir a atualidade do debate.

Os resultados quantitativos iniciais da busca revelaram 3 produções na base SciELO, 78 na plataforma Capes e aproximadamente 57.300 registros no Google Acadêmico. Diante desse volume, aplicou-se um critério de refinamento baseado na leitura dos títulos para identificar as obras que guardassem relação direta com a temática central: o papel do PEI como ferramenta inclusiva voltada ao público autista.

A fim de conferir transparência ao processo de análise teórica, apresenta-se o Quadro 1, que detalha os autores referenciais selecionados para este estudo e suas respectivas contribuições para a compreensão do PEI como ferramenta de inclusão escolar.

Quadro 1. Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
GLAT, R.; PLETSCH, M. D.	Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais.	2011	Fundamentam a necessidade de currículos adaptados e estratégias de ensino diferenciadas para a Educação Especial.
PLETSCH, M. D.; GLAT, R.	A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do PDI.	2012	Analisa a aplicação prática do plano de desenvolvimento como estratégia de inclusão no ensino regular.
VALADÃO, G. T.; MENDES, E. G.	Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: um estudo comparativo.	2018	Discutem o PEI sob a ótica de políticas governamentais e comparam práticas nacionais e internacionais.
COSTA, D. S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H.	Plano Educacional Individualizado para estudantes com autismo: uma revisão sistemática.	2023	Fornecem um panorama atualizado da literatura sobre a eficácia do PEI especificamente para o público autista.
PEREIRA, A. S.; NUNES, L. R. O. P.	Diretrizes para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI).	2023	Oferecem orientações normativas e metodológicas para a construção técnica do documento.
SILVA, G.; CAMARGO, S.	Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o PEI.	2021	Mapeiam a evolução do debate acadêmico brasileiro sobre o plano individualizado nos últimos anos.

APA (DSM-5-TR)	Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.	2023	Provê a base clínica e diagnóstica para a compreensão do TEA e seus níveis de suporte.
----------------	--	------	--

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas referências da pesquisa (2026).

A partir desse critério, foram selecionados, inicialmente, 16 artigos para análise aprofundada, número este passível de ampliação conforme a necessidade do estudo. A etapa seguinte consistiu na leitura integral das produções selecionadas para verificar suas contribuições específicas, procedendo-se ao fichamento e à marcação dos trechos de maior relevância teórica.

Diante do expressivo volume de publicações, especialmente no Google Acadêmico (aproximadamente 57.300 registros), fez-se necessário estabelecer critérios rigorosos de inclusão e exclusão para a triagem do material. Como critérios de inclusão, foram selecionados: (a) artigos científicos revisados por pares, dissertações e teses disponíveis na íntegra; (b) publicações que abordassem especificamente o uso do PEI ou PDI voltado a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular brasileiro; e (c) obras publicadas predominantemente entre 2017 e 2024, resguardando-se os anos de 2011 e 2012 para a inclusão de literatura seminal sobre Educação Especial Inclusiva (como Glat e Pletsch).

Por outro lado, os critérios de exclusão eliminaram: (a) estudos focados exclusivamente no ambiente clínico e terapêutico, sem articulação com o ambiente escolar; (b) pesquisas sobre o PEI aplicadas a outras deficiências que não faziam menção ao TEA; (c) trabalhos duplicados nas bases de dados; e (d) resumos simples ou materiais sem validação acadêmica. Após a aplicação desse funil, que consistiu na leitura de títulos e resumos, chegou-se ao corpus final de 16 artigos, os quais foram submetidos à leitura flutuante e análise integral.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

A análise dos dados e o intertexto com a literatura revelam que o Plano Educacional Individualizado transitam constantemente entre a potência de sua função inclusiva e a rigidez das barreiras estruturais que limitam sua execução. O primeiro núcleo de análise emerge justamente da correlação entre a formação docente e o impacto emocional causado pela ausência de suporte institucional. A pesquisa evidencia que a precariedade na formação inicial e continuada dos professores e demais agentes educacionais se configura como um dos obstáculos mais recorrentes para o atendimento de educandos autistas.

Essa lacuna formativa e a falta de suporte institucional não são apenas percepções teóricas, mas realidades documentadas nos estudos analisados. Pereira e Nunes (2023), por exemplo, ao traçarem diretrizes para a elaboração do PEI, constataram que a ausência de horas-atividade (HTPC)

destinadas exclusivamente ao planejamento colaborativo inviabiliza a união entre o professor regente e o professor do AEE. Da mesma forma, Costa, Schmidt e Camargo (2023) observaram em sua revisão que o isolamento do docente na sala comum é o principal fator gerador de exaustão, comprovando que o documento perde sua função quando não há uma rede de apoio estruturada pela gestão escolar.

A precariedade da formação dos professores e demais agentes educacionais para lidar com esses educandos é apontada como um dos principais desafios. [...] Os docentes são tipicamente invadidos por sentimentos que vão da indiferença à frustração, da exaustão à impotência. [...] Todavia, a clareza quanto aos objetivos de aprendizagem de um aluno com deficiência que a elaboração de um PEI possibilita aos membros da equipe também pode explicar [...] a própria importância do PEI para guiar a atuação profissional docente. (Gomes, 2022, p. 17; Costa; Schmidt; Camargo, 2023, p. 16).

Em contrapartida, quando o PEI é efetivado em sua plenitude, as evidências práticas relatadas na literatura são notáveis. Trabalhos como os de Gomes (2022) demonstram que a adoção de estratégias como o fracionamento de tarefas complexas e o uso de apoios visuais (como cronogramas ilustrados colados na classe) reduziu drasticamente a sobrecarga sensorial e as crises de desregulação dos alunos autistas. Glat e Pletsch (2011) corroboram essa eficácia prática ao documentarem que adaptações de acesso simples como reposicionar a carteira do aluno para minimizar distratores ou permitir pausas sensoriais resultaram no aumento significativo do tempo de concentração e de permanência do estudante em atividades acadêmicas funcionais."

No entanto, o contexto se modifica substancialmente quando há intencionalidade política e administrativa por parte das instituições de ensino. Quando as escolas investem em capacitação contínua e, crucialmente, garantem momentos formais de articulação e planejamento, a confiança e a eficácia pedagógica aumentam de forma significativa. A clareza quanto aos objetivos de aprendizagem que a elaboração coletiva de um PEI possibilita serve como um norteador, um guia para a atuação profissional docente. O PEI, sob essa ótica, deixa de ser um peso burocrático e passa a atuar como uma ferramenta de segurança metodológica, atenuando o isolamento do professor regente e substituindo a frustração pela percepção de competência e progresso pedagógico.

Dessa forma, o PEI cumpre uma função política e social que vai muito além do cumprimento de metas acadêmicas: ele retira o aluno autista da margem do processo educacional, forçando o sistema escolar a reconhecer a neurodiversidade e a ajustar suas engrenagens para acolher a diferença. Esse movimento impede que a inclusão se converta no que a literatura critica como "meramente posicional", ou seja, a garantia de uma presença física sem aprendizado real ou interação efetiva.

Apesar dessa potência transformadora, as discussões teóricas e os dados práticos revelam uma lacuna crítica e incômoda entre o amparo legal robustamente garantido pelas normativas nacionais e diretrizes comuns da educação especial inclusiva e a execução cotidiana no ambiente escolar. Embora o PEI seja um direito assegurado, sua implementação enfrenta barreiras severas que expõem as fragilidades do sistema. O professor regente, frequentemente sobrecarregado, sente-se desamparado devido à escassez crônica de tempo para o planejamento colaborativo e à falta de apoio administrativo. Cria-se, assim, uma ausência de rede de suporte que deveria integrar de forma orgânica o Atendimento Educacional Especializado às práticas da sala de aula comum.

Quando essa rede falha, o PEI sofre um processo de esvaziamento de sentido: ele é reduzido a um documento burocrático, uma peça de gaveta sem reavaliações periódicas. Sem o dinamismo das revisões constantes, o plano falha em seu propósito primordial de promover a autonomia do estudante e de pavimentar sua transição para a vida adulta, tornando-se apenas uma resposta formalística para fiscalizações legais.

Por fim, os resultados consolidam a premissa de que a eficácia real do PEI está intrinsecamente ligada à colaboração multidisciplinar, materializada na sinergia da tríade composta por escola, família e profissionais de saúde. O envolvimento dos pais ou responsáveis não é um elemento secundário, mas sim um fator de sucesso decisivo. Essa parceria amplia o engajamento do aluno e permite uma identificação muito mais ágil e precisa das barreiras acadêmicas e comportamentais, uma vez que a família detém o histórico do desenvolvimento e das formas singulares de comunicação do educando.

Ao alinhar e articular o conhecimento técnico-clínico da saúde com a sensibilidade e a intencionalidade da prática pedagógica, o ambiente escolar se qualifica para além do currículo tradicional. Essa integração viabiliza a incorporação assertiva de tecnologias assistivas e sistemas de comunicação alternativa e ampliada (CAA), fundamentais para assegurar que o aluno autista tenha voz e participação ativa em seu próprio processo de aprendizagem e desenvolvimento integral.

A síntese dos principais achados e das evidências teóricas discutidas pode ser observada no quadro 2, a seguir:

Quadro 2. Síntese dos Resultados: Eficácia, Desafios e Fatores de Sucesso do PEI

Categoria de Análise	Principais Evidências Encontradas
Eficácia do PEI	Melhora na aprendizagem funcional, maior autonomia do estudante e redução significativa de barreiras sensoriais no ambiente escolar.
Principais Obstáculos	Lacunas na formação especializada dos professores, resistência das instituições em flexibilizar o currículo e falta de suporte administrativo.

Fatores de Sucesso	Participação ativa da família no processo de planejamento e comunicação constante entre a escola e os profissionais que acompanham o aluno.
---------------------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A materialização das diretrizes comuns do Plano Educacional Individualizado no cotidiano do Ensino Fundamental pressupõe a adoção de estratégias pedagógicas multifacetadas, operadas diretamente no espaço da sala de aula comum. Entre as ações de maior impacto para o estudante no espectro autista, destaca-se a adequação curricular sistemática, a qual se viabiliza por meio do fracionamento de tarefas complexas em etapas menores e consecutivas, associado ao uso de instruções curtas, claras e com forte apoio visual. Essa reestruturação didática reduz a sobrecarga cognitiva e permite que o educando compreenda com maior autonomia o percurso de aprendizagem esperado para cada atividade.

Somada à flexibilização dos conteúdos, a gestão reflexiva do espaço físico consolida-se como um fator determinante para a mediação constante do professor regente. Ao planejar a organização da sala e posicionar o aluno estrategicamente nas primeiras fileiras, o docente consegue estabelecer um canal direto de comunicação e monitoramento preventivo, minimizando os distraidores ambientais que comumente dispersam a atenção do estudante atípico. Essa proximidade física não visa ao controle disciplinar rígido, mas assegura o suporte imediato nas transições de rotina e o acolhimento de necessidades sensoriais imprevistas.

A eficácia dessas intervenções estruturais está diretamente vinculada à implementação de práticas de reforço positivo, essenciais para desconstruir estigmas históricos na cultura escolar. Valorizar publicamente as habilidades orais, artísticas e lúdicas do discente em vez de focar estritamente em suas barreiras de escrita ou de comportamento opera uma mudança profunda na narrativa institucional, deslocando o estudante da condição estigmatizada de "aluno problema" para a de um sujeito com potencial reconhecido e identidades legítimas. Essa validação afetiva e social fortalece o sentimento de pertença e estimula o engajamento do aluno em seu próprio processo formativo.

Diante desse panorama prático, os resultados desta investigação sugerem que o PEI não deve ser compreendido apenas como uma adaptação técnica e isolada de tarefas, mas sim como uma ferramenta robusta de transformação da cultura escolar em sua totalidade. Para que a eficácia dessas estratégias cotidianas seja plena, torna-se urgente que as políticas de gestão superem definitivamente o modelo médico-hospitalar e foquem no desenvolvimento integral do indivíduo, respeitando sua neurodiversidade e garantindo que o planejamento individualizado funcione, efetivamente, como o motor de uma inclusão genuína e duradoura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs-se a evidenciar, por meio de uma revisão bibliográfica, as contribuições do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da Educação Especial. A partir da análise do arcabouço teórico selecionado, compreendendo publicações entre os anos de 2011 e 2024, foi possível responder à problemática central desta pesquisa e identificar os fatores que tangenciam a eficácia real desse instrumento nas instituições de ensino brasileiras.

Os achados mais relevantes desta investigação apontam que o PEI é uma ferramenta indispensável e de caráter emancipatório, capaz de retirar o aluno autista da invisibilidade pedagógica. Ao substituir metodologias genéricas por um planejamento estruturado em avaliações pedagógicas iniciais, metas realistas e adequações de acesso, o documento consolida-se como um motor de equidade e justiça curricular. Evidenciou-se que a aplicação correta do PEI gera impactos altamente positivos no desenvolvimento acadêmico, na ampliação do tempo de permanência em atividades funcionais, na redução de comportamentos atípicos e, fundamentalmente, na promoção da autonomia voltada à transição para a vida adulta.

Por outro lado, a pesquisa descortinou uma lacuna preocupante entre o amparo legal vigente no país e a execução cotidiana das práticas escolares. Conclui-se que o sucesso do PEI não reside na sua dimensão burocrática, mas sim na superação de barreiras estruturais e atitudinais crônicas. Dentre os principais obstáculos identificados, destacam-se a precária formação inicial e continuada dos docentes que frequentemente geram sentimentos de frustração e exaustão, a escassez de tempo para o planejamento conjunto e a fragilidade do apoio administrativo das redes de ensino.

Ademais, os resultados confirmam que a eficácia do plano está intrinsecamente ligada ao estabelecimento de uma rede de apoio colaborativa e multidisciplinar. A superação do isolamento do professor regente pressupõe a articulação coesa com o Atendimento Educacional Especializado, com os profissionais de saúde e, de forma vital, com a família. O engajamento ativo dos pais provou ser um fator decisivo para alinhar as metas escolares à realidade do educando, potencializando o uso de Tecnologias Assistivas e de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA).

Por fim, este estudo reforça a necessidade urgente de uma reforma na cultura e na gestão escolar, que deve abandonar o modelo puramente médico-hospitalar focado no "déficit" para adotar o paradigma da Neurodiversidade. Como limitação deste trabalho, reconhece-se o caráter estritamente teórico da pesquisa, o que impede a generalização empírica dos dados. Sendo assim, recomenda-se para estudos futuros a realização de pesquisas de campo, estudos de caso e investigações longitudinais que acompanhem a implementação prática do PEI em diferentes redes de ensino, visando mapear de

forma direta as estratégias bem-sucedidas que possam subsidiar novas políticas públicas de inclusão escolar no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACRE. Secretaria de Estado da Educação. Orientações para o atendimento educacional especializado: Transtorno do Espectro Autista. Rio Branco: SEE, 2021.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- BARBOSA, V. B.; CARVALHO, M. P.. Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado - PEI. Rio Pomba: IF Sudeste MG, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- COSTA, D. S.. Plano educacional individualizado: implicações no trabalho colaborativo para inclusão de crianças com autismo. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2016.
- COSTA, D. S.; SCHMIDT, C.. O papel do Plano Educacional Individualizado na inclusão escolar de alunos com autismo. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 32, 2019.
- COSTA, D. S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H.. Plano Educacional Individualizado para estudantes com autismo: uma revisão sistemática. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 48, 2023.
- COSTA, D. S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H.. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280098, 2023.
- COSTA, D.; SCHMIDT, C.. Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo. Cadernos de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. n. 61, pp. 102-128, jan.jun.2019.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.. Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.. O plano de desenvolvimento individualizado (PDI) como estratégia para inclusão de alunos com deficiência intelectual. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GOMES, L. O.. O plano educacional individualizado como aliado no ensino de estudantes com autismo. 2022. 48 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

HOWARD, J. S. et al.. A comparison of intensive behavior analytic and eclectic treatments for young children with autism. *Research in Developmental Disabilities*, v. 26, n. 4, p. 359-383, 2005.

LAGO, M. L. P.. Autismo na escola: a mediação escolar e o plano educacional individualizado. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MANACORDA, M. A.. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989.

MAPURUNGA, M. N. et al.. Intervenções terapêuticas no Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 2, 2021.

MOTTA, P. C. et al.. Saúde mental e sobrecarga de cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 16, n. 1, 2024.

ORTEGA, F.. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 47-88, abr. 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Instrução n. 010/2021 – SEED/DPGE: Critérios para o atendimento educacional especializado. Curitiba: SEED, 2021.

PEREIRA, A. S.; NUNES, L. R. O. P.. Diretrizes para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, 2023.

PRYCHODCO, L.; BITTENCOURT, J.. O isolamento social e o impacto do diagnóstico de autismo nas famílias. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 22, n. 1, 2022.

ROBERTO, M. S. et al.. O impacto do diagnóstico de autismo na dinâmica familiar: uma revisão bibliográfica. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 5, n. 3, 2022.

ROE, K. K.. Perceived efficacy of individual education plans: a literature review. 2008. 28 f. Research Paper (Master of Science Degree) — University of Wisconsin-Stout, Menomonie-WI, 2008.

SANT'ANA, I. M.. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 25, n. 1, p. 26-41, 2005.

TANNÚS-VALADÃO, G.. Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas e práticas. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

VALADÃO, G.; MENDES, E.. Inclusão Escolar e o Planejamento Educacional Individualizado. Revista Brasileira de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. v. 23 e230076, 2018.

VALLE, J. W.; BORGES, A. A. P.. Estudos da Deficiência na Educação: a inclusão em debate. São Paulo: Cortez, 2024.

VALLE, J. W.; BORGES, A. A. P.. Entrevista com a Professora Jan Valle: Estudos da Deficiência na Educação. Revista Brasileira de Educação Especial, 2024.

VASCONCELOS, M. S.. A cultura escolar e a neurodiversidade: desafios para a inclusão de alunos com TEA. São Paulo: Editora Acadêmica, 2022.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G.. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas e fundamentação teórica. Revista Educação Especial, v. 27, n. 48, p. 139-152, 2014.